

P.º Fernando Augusto da Silva

# A ANTIGA ESCOLA MÉDICO-CIRÚRGICA DO FUNCHAL

---

Breve Monografia Histórica



FUNCHAL  
1 9 4 5

## I. - Necessidade duma Escola Médica

De uma maneira genérica deve admitir-se que o exercício da medicina no arquipélago madeirense teria seguido as mesmas fases e acompanhado os mesmos progressos que no continente português, salvo as modalidades que a distância, o isolamento e as acanhadas condições do meio haveria certamente ocasionado, sendo hoje impossível assinalar, ainda com relativa aproximação, as modificações que então se dariam.

É, no entanto, sabido que nos campos e aldeias distanciadas dos centros populosos se tornava muito sensível a falta de profissionais habilitados, e escasseavam por completo os recursos mais elementares empregados na então chamada «arte de curar».

Vigoravam ao tempo e tinham foros de «sciência» as mezinhas e panaceias dos curandeiros, que entraram e perduram ainda nos domínios da anedota, e em que a mais brutal ignorância, a par da mais audaciosa temeridade, cometia toda a sorte de excessos, que frequente e inconscientemente chegavam até o próprio assassinato.

Somente a partir dos fins do século XVIII se conhecem alguns pormenores desses excessos praticados entre nós, podendo conjecturar-se de que condenáveis abusos não seriam vítimas os pobres doentes em épocas anteriores a essa.

Do «Patriota Funchalense», o primeiro jornal que se publicou na Madeira, vamos extractar alguns períodos do seu número de 8 de Agosto de 1821, em corroboração do que deixamos dito e como prova do pouco escrúpulo que então havia no recrutamento desses «barbeiros e sangradores», a cujas mãos inexperientes e por vezes criminosas eram entregues os importantes serviços da saúde pública.

Leiam-se estes elucidativos trechos: «...mas a impunidade a que ficam, de tantas centenas de assassínios que cometem, enche-os de tanta ufanía, que entre os pobres rústicos até notam e caracterizam de pouco saber aqueles professores que consumiram tantos anos nas universidades para adquirirem os conhecimentos, que ainda com muito susto põem em pratica. Uma parte destes políticos matadores dos homens adquiriram seus conhecimentos em uma tenda de barbeiro, voltando uma mó, afiando uma navalha e fazendo uma barba; dali

entraram no Hospital dois ou três meses onde apenas cortaram dois cáusticos e fizeram duas sangrias a algum semi-vivo, e com esta enchente de conhecimentos injustamente adquiriram uma carta, a que chamam de meia cirúrgica, com que ficaram habilitados a matar e a destinar sem conta nem medida...»

O jornalista que publicou este escrito, comentou-o e corroborou-o com a indicação de vários factos, entre os quais cita o seguinte: «Para se mostrar o atrevimento de alguns destes inhumanos algozes, basta dizer-se que já hum (não ha muito tempo) assassinou uma pobre mulher de parto, em que fez a operação Cesariana, com a mesma navalha com que na freguesia rapou irsutas barbas!»

Embora esta pungente e acerada crítica pareça muito exagerada e até hiperbólica em extremo, podemos, no entanto, asseverar que ela não se afasta sensivelmente das informações oficiais do tempo, como já vamos ter ocasião de verificar. Os clamores eram gerais e unânimes, chegando a afirmar-se que em freguesias de 500 e 600 fogos, isto é de dois mil e quinhentos a três mil habitantes, sucumbiam em poucos meses cerca de duzentas pessoas, sem haver moléstias de carácter epidémico que justificassem uma tão alta percentagem de mortalidade. Parece que o mal teria então tomado proporções muito assustadoras, porque no primeiro quartel do século e especialmente no período decorrido de 1816 a 1825 todos os governadores e capitães-generais deste arquipélago pediram ao governo da metrópole as mais enérgicas e imediatas providências acerca desse momentoso assunto, sem que o poder central se dignasse atender as reclamações destes pobres e remotos insulares.

## II. - A Antiga «Aula Médico-Cirúrgica»

Em 1815 era provedor da Misericórdia do Funchal o bispo D. Joaquim de Menezes e Ataíde, que a esta casa de caridade prestou os mais assinalados serviços, salvando-a duma iminente e quase inevitável derrocada. No mês de Agosto daquele ano, dirigiu uma larga representação ao governador e capitão-general da Madeira Florêncio Correia de Melo, pedindo que fossem adoptadas medidas extraordinárias e radicais acerca do lamentável estado de ruína em que se encontrava aquele estabelecimento pio, indicando pormenorizadamente as providências, que julgava mais acertadas e eficazes a tomar em tão apertada conjuntura.

Entre os alvitres apresentados, destacamos o que vamos textualmente

transcrever: a criação de «huma cadeira de Anatomia e Medicina Clínica para os praticantes do Hospital, obrigando-se os barbeiros e sangradores à frequência dela, para se evitarem os «Curandeiros» do campo, que sem conhecimentos facultativos, mandão à sepultura huma grande porção de habitantes. Estes praticantes devem ser examinados pelo Delegado do Físico-Mór, logo que finalizem o curso da aula, e sem esperarem commissão para o exame, para evitar delongas com o prejuizo do público, e sendo aprovados requererem a respectiva licença na forma do costume».

O governador e capitão-general, não somente deu a informação mais favorável ao governo da metrópole acerca daquela petição, como também insistiu demoradamente pelo seu deferimento e imediata solução, sem que ainda desta vez fosse atendida a velha reclamação.

O prelado Menezes e Ataíde, auxiliado pelas autoridades superiores do arquipélago, não desistiu, porém, do seu intento, e ao organizar o novo Regimento da Santa Casa da Misericórdia do Funchal, incluiu nele a criação da «Aula Médico-Cirúrgica», estabelecendo as bases em que ela deveria funcionar. Transcrevemos as principais, que constituem o Título V da Secção 2.<sup>a</sup> do mesmo Regimento:

«II - O Mestre desta aula será hum dos Professores da Casa, que a Mesa com o Prelado julgar mais hábil, assinando-lhe ordenado competente.

III - Serão obrigados a esta Aula todos os Enfermeiros do Hospital, e serão admitidos a ela todos aqueles que a quiserem frequentar, porém, hum e outros não serão matriculados sem despacho do Provedor.

IV - Aqueles que se houverem de matricular deverão apresentar-se com Certidões que mostrem autenticamente que sabem ler bem e escrever, e serão preferidos os que souberem Francês ou Inglês.

V - Serão obrigados a frequentar esta aula quatro anos, ou três anos quando haja Professor que voluntariamente queira explicar alguma das matérias necessárias.

VI - No primeiro Ano o Professor explicará Anatomia, principiando em Janeiro as dissecações em cadáveres para instrução dos seus Discípulos.

VII - No segundo Ano explicará Terapêutica, no terceiro Matéria Medica, e no quarto Medicina Clínica.

VIII - Porém se algum dos outros Médicos do Hospital, por utilidade Publica, quiser ensinar gratuitamente Matéria Medica o poderá fazer no segundo Ano do Curso Lectivo: ás oito horas da manhã no tempo de Verão, e ás nove no tempo de Inverno.

IX - A Aula Médico-cirúrgica principiará ás três horas da tarde no Inverno, e ás quatro no Verão, e não durará menos tempo, que uma hora.

X - O Ano Lectivo começara no dia cinco de Outubro, até o ultimo de Junho,

excepto Domingos e Dias Santos, e as Quintas Feiras de cada semana, não havendo Dia Santo, porem os três dias do Carnaval, desde o Natal até os Reis, e de Domingo de Ramos até a Páscoa é tempo feriado.

XI - No fim do Ano Lectivo farão o seu exame público na presença de seu Mestre e dois Professores que o Provedor nomear, para o que requererão antecipadamente ao mesmo Provedor, afim de nomear o dia para o Exame.

XII - O Exame não será concedido sem preceder informação do Lente sobre a frequência efectiva da Aula, a qual deverá constar da certidão do Porteiro.

XVII - Feitos os Exames, os Professores escolherão dos candidatos aquele que mais se distinguiu no Exame, na frequência da Aula e na aplicação para o proporem á Mesa, que o premiará com 20\$000».

Este «Regimento» foi aprovado pela Carta Régia de 19 de Outubro de 1819, que implicitamente aprovou e criou a Aula de Cirurgia e Medicina do Funchal. Estava deste modo estabelecido aquele tão prometido e ambicionado curso e desde logo se procedeu á sua organização e regular funcionamento.

Não satisfez, porém, o humanitário fim a que se destinava e apenas veio de momento atenuar o mal que se pretendia combater. Teve uma curta e inútil duração. Não possuimos elementos seguros que nos habilitem a historiar a maneira como decorreu o funcionamento desse curso, ficando para nós ignorados os nomes dos seus lentes, o número dos alunos matriculados, as matérias professadas, o tempo exacto da sua existência e ainda outras circunstancias, que possam dizer-lhe respeito. Apenas sabemos que foi extinta a 23 de Agosto de 1821. Na sessão deste dia da Mesa Gerente da Santa Casa da Misericórdia foi deliberado, por motivo de economia, que «...igualmente se suspenda a Aula Médico-Cirúrgica pela pouca utilidade que dela se segue e pelos facultativos assim o resolverem, sendo sobre esta matéria consultados...» Foi esta a única informação que nos forneceu o arquivo da Santa Casa, parecendo-nos que poucos alunos chegaram a concluir o curso e a obter a respectiva carta para o exercício da clínica médica.

Há notícia de que se abriram matrículas para a «Aula Médico-Cirúrgica» posteriormente ao ano da sua extinção, devendo supor-se que elas se destinavam aos alunos que pretendiam concluir os seus cursos iniciados em anos anteriores. Ficámos na ignorância dos verdadeiros motivos que determinaram o encerramento dessa «Aula», sendo geralmente reconhecida a necessidade da sua existência e sendo também tão frequentes as reclamações apresentadas contra os que se arvoravam em médicos e cirurgiões. E tanto maior é a nossa estranheza, ao sabermos que as autoridades superiores do arquipélago se ocuparam com verdadeiro interesse junto dos governos da metrópole pela criação de uma escola de medicina, como abaixo teremos ocasião de ver novamente.

### III. - As «Aulas de Cirurgia»

Como o mal era grande e aumentavam sempre as tristes consequências que dele derivavam, os chefes superiores do arquipélago, sobretudo depois do absoluto insucesso do estabelecimento da «aula de medicina e cirurgia», continuaram insistentemente a reclamar a criação de uma escola médica, em condições de satisfazer as necessidades locais, pondo-se cobro, quanto possível fosse, aos graves abusos que dia a dia se praticavam.

Dessas continuadas reclamações, merece especial referência a de 4 de Setembro de 1824, assinada pelo governador e capitão-general D. Manuel de Portugal e Castro, donde faremos a transcrição de alguns períodos: - «Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> uma mui notável particularidade que esta capitania oferece, custosa de acreditar, mas que não é por isso menos verdadeira, e vem a ser que em todos os distritos de suas dependências, sem mesmo exceptuar a ilha do Porto Santo, não há um único cirurgião operatório, e apenas se encontra algum miserável sangrador, de cuja importância tem sido Vítimas muitos dos que os chamam...» Depois de ponderar as razões da criação da Escola, acrescenta: «Proponho desde já para professor da mencionada Aula, com o ordenado de quatrocentos mil reis... Luís Henriques, doutor em medicina pela Universidade de Edinburgo, membro efectivo do Real Colégio de Cirurgia de Londres e cirurgião operador do Hospital desta cidade, cujo préstimo e habilidade são aqui geralmente reconhecidos pelas difíceis e delicadas operações com que tem salvado muitos...»

A «Aula de Cirurgia», da direcção de Luís Henriques, que era um insigne operador, não logrou também uma apreciável duração, sendo desconhecidos os serviços que tivesse prestado no nosso meio. Julgamos que o dr. Henriques havia sido professor da «Escola de Medicina e Cirurgia» criada pelo provedor da Misericórdia D. Joaquim de Menezes e Ataíde e que, ao ser esta suprimida, continuaria na regência de alguma cadeira de ensino médico-cirúrgico, em atenção à falta que então se fazia sentir de pessoas habilitadas para o exercício da clínica.

O dr. João Francisco de Oliveira, sendo provedor da Misericórdia do Funchal no período decorrido de 1823 a 1826, estabeleceu uma aula de medicina e cirurgia adjunta ao respectivo hospital, de cuja regência gratuita ele próprio se encarregou. Ia desta maneira preparando a criação duma Escola Médico-Cirúrgica em condições de maior amplitude, quanto ao seu funcionamento e matérias que nela deviam ser professadas. Neste sentido elaborou um

desenvolvido plano de estudos, devidamente fundamentado, que sendo em Lisboa submetido ao exame das entidades competentes mereceu a sua plena aprovação.

Esse plano, que merece ser lido e apreciado, vem inserto no tomo II da valiosa colecção de documentos intitulado «Arquivo da Marinha e Ultramar - Madeira e Porto Santo», que por imposta brevidade não podemos transcrever neste lugar.

Novas diligências oficiais e extra-oficiais se fizeram para a criação duma Escola moldada nas bases daquele plano de estudos, mas ainda mais uma vez saíram infrutíferos todos os esforços que nesse sentido foram então empregados. A aula criada pelo Dr. Oliveira teve uma efémera existência, determinada pela ausência daquele ilustre médico, que fora fixar residência na capital.

Por um livro existente no «Arquivo Distrital», pertencente à antiga secretaria da Misericórdia do Funchal, verifica-se que no período decorrido de 1816 a 1831, se abriram matrículas para um curso de medicina no Hospital desta cidade, já depois de extintas as mencionadas «aulas de cirurgia». E ainda mesmo posteriormente a esta época, novas tentativas se realizaram para a criação de uma «aula de cirurgia», chegando a funcionar o ensino de certas matérias, que não constituíam um curso regular e cujos resultados práticos se desconhecem.

É ocasião de referir que a par das instâncias e reclamações feitas pelas primeiras autoridades do arquipélago e pela Irmandade da Misericórdia, a Câmara Municipal ou o «Senado Funchalense», como então se dizia, empregou também as mais activas diligências para atenuar os inconvenientes resultantes da falta de um curso regular de medicina e cirurgia, nomeadamente pela exposição dirigida ao governo da metrópole a 26 de Junho de 1821, em que pede a criação de uma «cadeira de anatomia cirúrgica» e pela de 12 de Julho de 1823, ponderando a necessidade de estabelecer-se a mesma cadeira de «anatomia cirúrgica e de arte de partos».

## IV. - A Criação da Escola Médico-Cirúrgica do Funchal

Na cidade de Goa, a capital do Estado da Índia, como ao tempo se dizia, tinha sido estabelecida uma escola de medicina no ano de 1792, que ali prestou relevantes serviços, sendo em 1842 remodelados vantajosamente os cursos que nela se professavam e ficando desde então conhecida pelo nome de «Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa».

Não é de estranhar que o decreto de 29 de Dezembro de 1836, que reformou profundamente o ensino superior do nosso país e que se ocupava das escolas de medicina de Lisboa e Porto, tivesse determinado no seu artigo 145 que «houvesse na Misericórdia de cada uma das capitais dos Distritos Administrativos do Ultramar uma Escola Médico-Cirúrgica».

Foi ao abrigo desse decreto e devido às instantes solicitações das autoridades locais, da Mesa Gerente da Misericórdia e dos médicos do Hospital que finalmente o governo central autorizou a criação da «Escola Médico-Cirúrgica do Funchal». Muito contribuiu para esta resolução a influência e o prestígio do distinto madeirense dr. Lourenço José Moniz, então deputado pela Madeira, que sendo nomeado lente e primeiro director da mesma escola, não aceitou esses encargos, impossibilitado pelo desempenho de outros serviços públicos. Do referido decreto vamos transcrever as disposições que particularmente interessam ao nosso assunto.

«Art.º 145.º - Haverá no Hospital da Misericórdia de cada uma das capitais dos Distritos Administrativos do Ultramar uma Escola Médico-cirúrgica, que constará das Cadeiras seguintes:

- 1.ª Cadeira - Anatomia, Fisiologia, Operações Cirúrgicas e Arte Obstetrícia.
- 2.ª Cadeira - Patologia, Matéria Médica e Terapêutica.

Art.º 146.º - A 1.ª Cadeira será regida pelo Cirurgião Principal do Hospital, que ensinará também a Clínica Cirúrgica, e terá de ordenado 500.000 reis.

§ único - Esta Cadeira terá um Ajudante, que será o Preparador dos trabalhos anatómicos, o Demonstrador, e Chefe da Sala das Dissecções, debaixo da inspecção do Professor, e terá de ordenado 300.000 reis.

Art.º 147.º - A 2.ª será regida pelo Médico Principal do Hospital, que terá também a seu cargo a Clínica Médica, e terá de ordenado 500.000 reis.

Art.º 148.º - Os estudantes aprenderão a Farmácia na Botica do Hospital, debaixo da direcção do Boticário, que terá por isso uma gratificação anual de 60.000 reis, paga pela Folha Escolar, alem do respectivo ordenado, que o Farmacêutico vence pelo Hospital.

§ único - Esta gratificação terá lugar pelo mesmo modo para os Farmacêuticos das três Escolas de Lisboa, Porto e Coimbra.

Art.º 149.º - Os Professores das Cadeiras, o Ajudante e o Boticário formarão um Conselho presidido pelo Medico, de que será Secretario o Boticário. A este Conselho pertence a inspecção e direcção da Escola, conferir as Cartas de Licenciados menores aos alunos da sua Escola, que forem aprovados para exercitarem a Medicina e a Cirurgia, ditas ministrantes, e para curarem somente nos lugares aonde não houver Professores mais graduados, dentro dos limites presentes nas suas Cartas.

§ 1.º - O ensino e o exame dos Farmacêuticos terá também lugar nas Escolas pela maneira estabelecida nos artigos 128.º até 134.º.

§ 2.º - O curso de Parteiras será lido pelo Professor de Cirurgia, em conformidade dos artigos 140.º até 144.º.

Art.º 150.º - No ordenado estabelecido para os Professores, será contado o que já tiverem pelo serviço no Hospital».

Estes artigos e ainda os outros referentes às Escolas já existentes, que porventura fossem applicáveis aos novos estabelecimentos de ensino agora criados, ficaram constituindo a lei orgânica da Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, que deveria ser completada com os regulamentos internos a elaborar pelo Conselho docente da mesma Escola, depois de submetidos a sanção das estações superiores.

## V. - Instalação da Escola e começo do seu funcionamento

A seguinte portaria e a carta de lei de 29 de Dezembro de 1836, que fica acima parcialmente transcrita, são os dois padrões memoráveis, que verdadeiramente assinalam a criação da Escola Médica do Funchal:

«Manda Sua Magestade a Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, remeter ao Administrador Geral do Funchal os seis exemplares inclusos do Decreto e Plano Geral de Estudos relativos ás Escolas de Cirurgia e Pharmacia criados nas cidades de Lisboa e Porto e bem assim em cada uma das capitais dos Distritos Administrativos do Ultramar, afim de que o mesmo Administrador, transmitindo os que forem necessários á Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia e Hospital da cidade do Funchal, lhes faça dar inteiro e oportuno cumprimento na parte que lhe pertence. Palácio das Necessidades 16 de Janeiro de 1837».

O governador civil deste distrito (então Administrador Geral) António de Gamboa e Liz, em officio de 1 de Março do referido ano, ordenou ao Presidente da Comissão da Santa Casa a observância das disposições contidas na portaria, havendo este sem demora oficiado aos médicos e farmacêutico do hospital, para que dessem inteira execução ás determinações desse documento, o que veio a cumprir-se no mês de Maio do ano de 1837. O pessoal docente da Escola foi nomeado ou melhor confirmada a sua nomeação pelo decreto de 3 de Setembro de 1838, pessoal que tinha sido provisoriamente nomeado no ano anterior, ao proceder-se à instalação do referido estabelecimento de ensino. Era composto pelos drs. António da Luz Pita, dr. Luís Henriques e Nicandro Joaquim de Azevedo, respectivamente «medico-principal», «cirurgião-principal» e «boticário» do Hospital da Casa da Misericórdia, que assumiram a direcção das duas cadeiras e da aula de farmácia, que constituíam o quadro das matérias que ali se ministravam.

Realizou-se a instalação da Escola Médica e começou o seu regular funcionamento em umas acanhadas dependências do Hospital de Santa Isabel e ali se manteve todo o seu movimento escolar até o ano de 1859, embora com o frequente e enérgico protesto de todos os professores e alunos. A 2 de Maio de 1837, retiniu-se o Conselho Escolar do novo curso de ensino superior, realizando a sua primeira sessão e procedendo à verdadeira instalação da nova escola de medicina.

Vamos transcrever integralmente a acta dessa primeira reunião pelo interesse que

oferece ao nosso assunto: «Aos dois dias do mês de Maio do ano de mil oitocentos e trinta e sete, reunidos numa das Salas do Hospital da Misericórdia desta cidade o doutor António da Luz Pitta, Medico principal do mesmo Hospital, e por convite deste o doutor Luís Henriques, cirurgião principal, e Nicandro Joaquim de Azevedo, boticário do mesmo estabelecimento, foi lido pelo dito medico um officio que lhe dirigiu o Presidente da Comissão Administrativa deste Hospital, acompanhando um exemplar do decreto de vinte e nove de Dezembro de mil oitocentos e trinta e seis, as copias duma portaria do Ministério dos Negócios do Reino e dum da Administração Geral desta Província de que também deu conhecimento, e encarregando-lhe que procedesse á instalação do Conselho da Escola Médico-cirúrgica, criada pelo supracitado Decreto.

Em consequência do que tomando o dito Professor de Medicina o lugar de Presidente, o Professor de Cirurgia o lugar de Vogal e o Boticário o de Secretario na conformidade do mesmo Decreto, faltando o Ajudante preparador dos trabalhos anatómicos por não se achar ainda provido este lugar, declarou o Presidente instalado o Conselho, o qual mandou lavrar a presente acta e deliberou:

1.º - Que de hoje em diante as suas sessões ordinárias terão lugar todas as terças e sextas feiras ao meio dia para se ocupar incessantemente do regulamento que deve dirigir os trabalhos da Escola na conformidade do artigo 149 do referido decreto e de quaisquer outros objectos tendentes a regular o andamento do mesmo estabelecimento, podendo ter sessões extraordinárias todas as vezes que o bem do serviço o exigir.

2.º - Que se enviassem officios acompanhados da copia desta acta ao excelentíssimo Administrador Geral desta Província e á Comissão Administrativa deste Hospital e anunciando-lhe a efectiva instalação do Conselho.

E não havendo outra matéria a tratar, o Presidente declarou fechada a sessão.. Sala das Sessões no Hospital da Misericórdia do Funchal 2 de Maio de 1837.

António da Luz Pitta, presidente, Luís Henriques, Nicandro Joaquim de Azevedo, secretario».

Como ficou referido, a Escola Médica instalou-se definitivamente a 2 de Maio de 1837 e no mês de Outubro seguinte iniciou o seu regular funcionamento, mas a sua abertura solene realizou-se a 15 de Outubro de 1838 com a presença das autoridades superiores do distrito e das pessoas mais distintas do nosso meio

social, havendo o dr. António da Luz Pita proferido um primoroso discurso, que produziu na numerosa e escolhida assistência a mais profunda e agradável impressão, sendo calorosamente aplaudido.

Como acima se disse e em virtude das disposições da sua lei orgânica, o corpo docente ficou constituído pelos dois professores da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> cadeiras e pelo professor de farmácia, que servia de secretário, sendo posteriormente nomeado o professor demonstrador de anatomia.

Nas sessões do Conselho Escolar realizadas a 5, 9, 12 e 26 de Maio e 3 de Junho do referido ano de 1837 foram discutidas as bases do «Regulamento» a adoptar para o bom funcionamento da Escola, tendo a sua plena e unânime aprovação no último daqueles dias.

Apesar desta expressa informação, colhida em um livro da secretaria da Escola, não se encontrou esse «Regulamento» no respectivo arquivo, e a 18 de Agosto de 1840 ordenou o governo central ao Conselho Escolar que apresentasse um «projecto de regulamento», em harmonia com os regulamentos das escolas médicas de Lisboa e Porto, nos casos que fossem applicáveis à escola do Funchal. E vinte e três anos mais tarde, ainda um professor da mesma escola médica instava pela necessária elaboração do projectado regulamento!

Pelos fins do terceiro quartel do século XVIII, a colónia inglesa na Madeira havia criado no Funchal um organismo conhecido pelo nome de «Feitoria Britânica», que se destinava a proteger os seus compatriotas e de modo especial as tripulações das embarcações inglesas que demandavam o nosso porto. Particularmente para estas, estabeleceu no Hospital da Santa Casa uma enfermaria, custeando a conveniente adaptação de umas salas para esse fim e mantendo o tratamento e a sustentação dos doentes.

Em condições mais favoráveis, foi nessas salas, hoje ocupadas pela secretaria da Junta Geral, que no mês de Março de 1859 se instalou o nosso estabelecimento de ensino superior, e nelas funcionaram as respectivas aulas por um período de tempo superior a cinquenta anos. Por vezes se lançou a ideia da construção de mais apropriadas instalações, destinadas a esse fim, em umas dependências do edifício do hospital ou ainda nas suas próximas imediações, mas não chegou nunca a esboçar-se uma tentativa frutuosa, que tomasse vulto e produzisse resultados apreciáveis.

Relativamente às condições do meio e escassez de recursos, pode afirmar-se que era selecta e abundante a biblioteca da nossa Escola Médica. José Silvestre Ribeiro, antigo governador civil do Funchal, refere-se a ela, nos seguintes termos, em

um dos seus livros publicado no ano de 1863: «A livraria da Escola Médico-cirúrgica do Funchal consta de 2120 Volumes, todos de diversos ramos de medicina e ciências acessórias. Teve seu principio e 1844 com 150 volumes oferecidos por um médico inglez o dr. Nathaniel Lister. Está colocada no seio da Escola... e patente ao público todos os dias lectivos». Posteriormente a esta data, foi enriquecida com nova remessa de livros oferecida pelo mesmo dr. Lister, e pelas obras legadas pelo dr. Oliveira, em disposição testamentária. E nos anos imediatos outros livros se adquiriram e varias revistas de especialidades médicas. Todo o recheio desta livraria foi incorporado na Biblioteca Municipal do Funchal.

## VI. - Curso de Três Anos

Não podia a nova escola de medicina iniciar com melhores auspícios os seus trabalhos escolares, no que particularmente dizia respeito aos méritos científicos e à competência profissional dos seus primeiros professores. Como adiante teremos ocasião de ver, os drs. António da Luz Pita, e Luís Henriques eram dois abalizados clínicos, que tinham granjeado notável nomeada, dentro e fora da Madeira, o primeiro como médico e o segundo como cirurgião, e exerciam os cargos de directores dos serviços de medicina e cirurgia no Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal. No ano imediato começou o seu magistério na Escola o distinto médico dr. Juvenal Honório de Orneias, que tinha larga clínica no Funchal.

O curso da nova escola começou a funcionar no mês de Outubro de 1837 e teve primeiramente a duração de três anos com o funcionamento de duas cadeiras, em que eram leccionadas as diversas disciplinas que constituíam o mesmo curso, além da aula de farmácia.

Ficou assim organizado: 1.º ano - Anatomia e Fisiologia; 2.º ano - Patologia, Matéria Médica e Farmácia; e 3.º ano - Clínica Interna e Externa, Operações Cirúrgicas e Arte Obstétrica.

Por desinteligências suscitadas entre o Conselho Escolar e o Administrador Geral (Governador Civil), o dr. Luz Pita abandonou a direcção da Escola e a sua cadeira de professor, lugares que veio a reassumir nos fins do ano de 1838, tendo sido substituído pelo dr. Luís Henriques.

Pelo decreto de 3 de Setembro de 1838 foram nomeados professores desta

Escola: dr. Luís Henriques para a 1.<sup>a</sup> cadeira de anatomia, fisiologia, operações cirúrgicas e arte obstétrica; dr. Juvenal Honório de Ornelas, para ajudante e demonstrador da mesma cadeira; dr. António da Luz Pita para a 2.<sup>a</sup> cadeira de patologia, matéria médica e terapêutica; e Nicandro Joaquim de Azevedo para a aula de farmácia, como acima ficou referido.

No ano de 1837 matricularam-se onze alunos e em 1840 concluíram seus cursos os cinco primeiros médicos formados pela Escola Médico-cirúrgica do Funchal, que logo iniciaram o exercício da clínica, alcançando justificada reputação nas terras em que abriram os seus consultórios. Foram eles: Valentim Maximiano de Sousa, António José da Silva, João Luís Monteiro Júnior, Francisco Simplício Lomelino de Vasconcelos e João Augusto de Oliveira. No ano imediato terminou o mesmo curso o médico-cirurgião Vitorino Friz de Oliveira Júnior.

## VII. - Curso de Quatro Anos

No ano de 1839 iniciou-se o curso de quatro anos, que perdurou até o ano de 1910, em que foi decretada a extinção da Escola e definitivamente encerrado o seu funcionamento. Esta alteração introduzida nos serviços escolares tinha sido advogada na imprensa local e apoiada pelos respectivos lentes, recebendo a inteira aprovação das estações superiores.

Não foram criadas novas cadeiras, mas tiveram uma mais larga ampliação as matérias leccionadas nas diversas aulas e imprimiu-se uma melhor orientação aos estudos, que ali se professavam e que ficaram assim distribuídos: 1.<sup>o</sup> ano - Anatomia, 2.<sup>o</sup> ano - Fisiologia, Matéria Médica e Farmácia, 3.<sup>o</sup> ano - Patologia, Terapêutica e Operações Cirúrgicas e 4.<sup>o</sup> ano - Arte Obstétrica, Clínica Médica e Clínica Cirúrgica. Segundo a nova orientação, deviam os alunos apresentar no acto do exame do 4.<sup>o</sup> ano «duas observações, uma de medicina e outra de cirurgia», conforme se lê em um dos livros de actas do Conselho Escolar, não se dizendo se essas «observações» eram expostas por escrito ou de viva voz.

Foram em número de quatro os primeiros médicos habilitados com o curso completo de quatro anos, que em 1843 concluíram os seus estudos e prestaram as suas provas práticas, sendo-lhes conferidas as respectivas cartas de habilitação para o exercício legal da medicina e cirurgia e cujos nomes deixamos aqui consignados: Crispiano Evangelista da Silva, Manuel Lúcio de Freitas, António

Manuel da Silva e Teófilo Joaquim Vieira. Apesar da reforma realizada, não escassearam as críticas e as censuras feitas ao ensino ministrado na nossa escola médica, ao estabelecer-se confronto e paralelo com os progressos e melhoramentos introduzidos nas escolas similares do país, de que se tornavam estrénuos paladinos alguns dos médicos formados nesses estabelecimentos de ensino superior. As censuras consideradas de uma maneira geral e absoluta não eram descabidas, mas julgadas com relação às condições do meio e às circunstâncias peculiares de cada uma dessas escolas não podiam ser aceitas sem uma cautelosa e merecida reserva. Ainda uma dezena de anos mais tarde um ilustre professor da Escola do Funchal sustentava na imprensa local e no seio do Conselho Escolar a necessidade da criação de duas novas cadeiras com o alargamento da área das respectivas disciplinas, como ao diante se dirá.

## VIII. - Farmácia, Odontologia e Arte Obstétrica

Tanto no primitivo curso de três anos como no de quatro, "que imediatamente se lhe seguiu, funcionava uma aula de farmácia regida pelo boticário do hospital, sendo primeiro professor Nicandro Joaquim de Azevedo, cargo a que andava adstrito o de secretário da Escola. Era obrigatória para todos os alunos a frequência desta disciplina, fazendo parte da matéria de exame do segundo ano do curso, apesar do carácter prático que essa aula sempre revestia.

Talvez seja para muitos ignorado que nesta escola médica obtiveram cartas de farmacêutico alguns alunos, que expressamente se matricularam para esse fim e fizeram os respectivos exames.

Não conseguimos saber em que consistia esse curso e as matérias que nele se preleccionavam, sendo de conjecturar que, além da frequência da aula de farmácia existente na escola, se ministrasse também o ensino de outras noções científicas, que mais de perto se relacionassem com a natureza desse curso. Há notícia segura de que nos anos de 1845, 1854 e 1864 obtiveram carta de farmacêutico Francisco Figueira da Siva, Manuel de Ornelas Júnior e Luís Maria do Nascimento, que ficaram plenamente aprovados nas provas que prestaram, havendo os últimos dois sido directores de duas afamadas farmácias existentes no Funchal.

Num relatório do Conselho Escolar do ano de 1864 faz-se referência à matrícula

de alunos nos cursos de farmacêuticos de «primeira e de segunda classe», não conseguindo alcançar outras informações acerca desses cursos.

Álvaro Joaquim de Freitas, antigo ajudante do enfermeiro-geral do hospital da Misericórdia, apresentou ao Conselho Escolar da nossa escola de medicina uma portaria datada de 9 de Agosto de 1901, que o autorizava a fazer exame de cirurgião-dentista perante o corpo docente da mesma escola, constando que prestou as necessárias provas e obteve a plena aprovação, embora não seja conhecida a acta do exame nem o registo da respectiva carta, se porventura chegou a ser passada. Teria sido o primeiro e talvez o único cirurgião-dentista habilitado pela escola médica do Funchal, o qual durante muitos anos dirigiu nesta cidade o seu consultório com merecida reputação e larga clientela.

O decreto de 29 de Dezembro de 1836, que era a verdadeira lei orgânica da Escola Médica, estabeleceu o ensino da «Arte Obstétrica» ministrado no último ano do curso e obrigatório para todos os alunos. Pelo mesmo decreto também se criou um curso especial para «parteiras», determinando-se que ele «seja lido pelo professor de cirurgia», e que tenha a duração de dois anos, ignorando-se outras particularidades que digam respeito à maneira como era ministrado esse ensino.

O curso iniciou-se em 1839 e teve logo grande frequência, devido especialmente ao facto da Câmara Municipal haver estabelecido quatro prémios pecuniários para as alunas que obtivessem as melhores classificações nas provas finais. Em 1841 completaram esse curso dezassete alunas e nos cinco anos subsequentes continuou a ser grande a frequência e neles se fez a distribuição dos respectivos prémios. Nos anos seguintes diminuiu muito essa frequência e não alcançámos outras notícias acerca desse curso.

Diversas disposições legais de 1836, 1868 e 1870 autorizavam os exames de «parteiras» sem a prévia frequência dos respectivos cursos, mas a portaria de 19 de Maio de 1875 determinou que elas somente pudessem exercer o seu mister nos lugares em que não houvesse indivíduos habilitados com os cursos completos de «parteiras» das escolas médicas de Lisboa, Porto e Funchal.

## IX. - Diplomas de Curso

Na redacção das «Cartas de Médico» ou diplomas de curso completo conferidos pela escola de medicina do Funchal não se manteve sempre o mesmo critério, havendo sofrido diversas modificações através do tempo e sido também objecto de protestos e reclamações por parte de muitos dos interessados.

A lei de 29 de Dezembro de 1836, que autorizou a criação desta Escola, diz expressamente que ao respectivo Conselho Escolar cumpre «conferir as Cartas de Licenciados menores aos alunos que forem aprovados para exercitarem a medicina e a cirurgia, ditas ministrantes; e para curarem somente nos lugares onde não houver professores mais graduados dentro dos limites prescritos nas suas Cartas».

O Conselho da Escola, na sua sessão de 13 de Maio de 1840, propôs ao governo central os termos em que as cartas deveriam ser redigidas, indicando este modelo: «...lhe mandamos passar esta carta de licenciado, para que possa exercer a medicina e a cirurgia ditas ministrantes na conformidade do decreto de 29 de Dezembro de 1836 e gosar todos os direitos que as leis concedem».

Apesar destas restrições, geralmente consideradas injustas e vexatórias, os médicos saídos da nossa escola, eram providos na efectividade de diversos lugares de carácter oficial, como em partidos médicos municipais e ainda no exército e na armada.

A situação legal destes médicos melhorou bastante com as disposições do decreto de 22 de Junho de 1870, em que se estabelece que «possam ser nomeados para os partidos de facultativos dependentes das administrações municipais, distritais ou de quaisquer corporações administrativas, a cujo provimento não concorram facultativos de maior graduação».

Contudo as cartas de curso não sofreram uma modificação essencial, atribuindo-se especialmente ao professor da escola dr. Câmara Leme (mais tarde Conde de Canavial) a oposição feita a uma nova e mais justificada redacção desses diplomas.

A portaria de 5 de Agosto de 1871 do ministro marquês de Ávila e Bolama novamente estabelece os termos em que devem ser redigidos os diplomas de curso completo, que também não diferem essencialmente das cartas passadas em data anterior ao decreto de 22 de Junho de 1870.

No ano de 1885, o Conselho Escolar submeteu à aprovação das estações superiores um novo modelo para a redacção dessas cartas e nele se consignava que em virtude da autorização conferida pelo artigo 149 do decreto de 29 de Dezembro de 1836, «mandamos passar a presente carta, pela qual o declaram habilitado para livremente exercer a Medicina e Cirurgia nos termos e pela forma presente no citado artigo 149».

Em 1896 um grupo de antigos alunos, dirigiu uma petição ao governo central, por meio do Conselho Escolar, solicitando com ponderosos motivos que «se eliminasse a injusta classificação de «ministrantes»...e lhes fosse concedida a faculdade de exercer a clínica com a liberdade e responsabilidade profissional com que a têm exercido e estão exercendo em todo o país e fora dele todos os seus colegas habilitados por esta Escola».

O Conselho Escolar contestou algumas das afirmações contidas nessa petição e não emitiu um parecer favorável, não se havendo também obtido qualquer resolução por parte do Conselho Superior de Instrução Pública acerca do assunto. No capítulo VII desta notícia histórica aludimos ao sistemático descrédito movido aos médicos saídos da nossa Escola de medicina por alguns médicos formados em universidades estrangeiras e também nacionais, especialmente quando aqueles alcançavam verdadeiro prestígio e merecida clientela no exercício da sua profissão com manifesto prejuízo dos seus colegas graduados em cursos de mais elevada cotação científica. A esse descrédito de carácter profissional, vinham de vez em quando juntar-se motivos de ordem particular e política em que, de uma e outra parte, se praticavam excessos condenáveis. É ocasião de referir que quase todos os lentes da Escola do Funchal não combatiam essas campanhas de descrédito e até por vezes as promoviam e justificavam. Bastará lembrar que num relatório enviado ao «Conselho Superior de Instrução Pública» em 3 de Dezembro de 1851, pelo Conselho Escolar da Escola se propunha que este estabelecimento de ensino superior passasse a denominar-se «Escola de Medicina e Cirurgia Ministrante adida ao Hospital do Funchal». E factos posteriores não desmentiram essas antigas atitudes, como não seria difícil prová-lo.

## X. - Reforma da Escola

Do que fica sumariamente exposto nos capítulos precedentes, lógica e claramente se infere que a criação da Escola Médica do Funchal obedeceu a uma imperiosa necessidade e que ela prestou excelentes e reconhecidos serviços, não somente neste arquipélago como também nas ilhas dos Açores, em muitas terras do continente português e ainda em alguns países estrangeiros, particularmente nos cinco primeiros decênios da sua prestimosa existência. Esta afirmação, porém, não exclui também a necessidade que havia de ser melhorada na sua organização e no seu funcionamento, como até alguns filhos dela, por vezes e publicamente, o reconheceram na própria imprensa local.

Entre estes se destaca o médico-cirurgião Francisco Clementino de Sousa, que em uma série de artigos, publicados em 1865 no jornal do Funchal «O Crepúsculo», pondo em saliente relevo os serviços relevantes prestados pela Escola e provando exuberantemente a maneira proficiente como nela se ministrava o ensino das diversas disciplinas, não deixava de reconhecer a necessidade que havia de proceder-se a uma reforma em alguns dos seus serviços, corrigindo-se certas deficiências e introduzindo-se diversos melhoramentos julgados indispensáveis aos bons créditos de que merecidamente gosava esse estabelecimento de ensino.

Terminam esses artigos com as seguintes palavras: «Não negamos a existência de várias faltas e defeitos na Escola Médico-Cirúrgica do Funchal. Confessamo-lo e pedimos de coração a extinção deles e os melhoramentos necessários e de reconhecida importância para a Escola. ***Queremos uma reforma, uma reforma salutar no estado material e literário dela.*** Mas queremos também mais algumas vantagens para os filhos dela».

O distinto professor dr. João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos, em um dos seus livros publicado no ano de 1869, deixou acerca deste assunto exaradas estas acertadas informações:

«Temos nesta cidade um liceu de 1.<sup>a</sup> classe, um dos melhores do reino, onde podem convenientemente ser estudados os preparatórios para a primeira matrícula da Escola Médica. Temos um hospital que recebe os doentes pobres mais graves de todos os pontos da Ilha, e que portanto oferece sempre uma clínica rica, variada, instrutiva, e por isso mui própria para o ensino da medicina prática. Além disso a Escola tem um bom teatro anatómico, uma biblioteca de mais de dois mil volumes e muitas peças de anatomia patológica, algumas das quais bem notáveis. Se, com estas bases se dessem á Escola Médico-Cirúrgica do

Funchal mais três professores e um substituto, ela ficaria convenientemente organizada para o fim a que se destina e poder-se-lhe-iam dar direitos análogos aos das escolas preparatórias de França».

«Haveria, pois, nesta Escola cinco cadeiras, compreendendo as seguintes disciplinas: 1.<sup>a</sup> cadeira - anatomia e fisiologia; 2.<sup>o</sup> cadeira - Terapêutica e Matéria médica; 3.<sup>o</sup> cadeira - Patologia externa e Operações Cirúrgicas; 4.<sup>a</sup> cadeira - Clínica externa e Arte Obstétrica; e 5.<sup>a</sup> cadeira - Patologia e Clínica interna».

A esta reforma andava ligada uma nova orientação no ensino e na distribuição das diversas matérias que ali se versavam.

No relatório do Conselho Escolar do ano de 1861, tinha já o dr. António da Luz Pita, como director da Escola Médica, proposto a criação de mais duas cadeiras, o que não chegou a obter a aprovação do Conselho Superior da Instrução Pública.

Outras tentativas se fizeram para melhorar as condições do ensino ali ministrado, mas surtiram sempre infrutíferas as diversas diligências empregadas, a que não foram estranhas as reclamações da imprensa local.

## XI. - A Extinção da Escola

No capítulo VIII deste ligeiro estudo fizemos já referência às censuras dirigidas ao ensino ministrado na escola do Funchal, especialmente feitas por médicos madeirenses formados em universidades estrangeiras, as quais encontraram eco na imprensa local e em jornais de Lisboa e ainda tiveram reflexo nas estações superiores.

Em 1852, o distinto madeirense e hábil jornalista António Correia Heredia, em artigos publicados na «Revolução de Setembro», o mais considerado jornal político da época, atacou a deficiência desse ensino e sustentou que os alunos saídos da nossa escola não possuíam as habilitações suficientes para o exercício regular da sua profissão. O médico José Martins Vera-Cruz, cabo-Verdeano e que há poucos anos concluíra o curso da escola do Funchal, publicou no jornal «A Ordem» desta cidade uma refutação das acusações de António Correia Herédia, que produziu uma geral e agradável impressão no público madeirense.

Num largo relatório, dirigido ao governo pelo «Conselho Superior de Instrução Pública» em 29 de Novembro de 1850, encontram-se os seguintes períodos, que particularmente interessam ao nosso assunto: «A Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, desde a sua criação até hoje não remeteu um só relatório ou mapa; de maneira que o conselho superior ignora absolutamente o estado daquela escola; a qual no sentir do mesmo conselho deve ser suprimida, porque a julga inútil ao ensino; ou ser organizada sobre outra base, fazendo os professores dependentes de concurso, em que, por provas públicas, se mostrem a V. M., por este conselho superior dignos do magistério, quando V. M. não entenda o contrário na sua alta sabedoria». - É curioso notar que um ano mais tarde, em fins de 1851, o referido Conselho Superior reproduz o que deixara consignado no seu relatório de 1850 acerca da Escola do Funchal.

Apesar de tudo, a Escola não foi extinta, em virtude de ser reconhecida a necessidade da sua existência e das acertadas informações de José Silvestre Ribeiro, então governador civil e deputado pela Madeira.

O art.º 3.º do Decreto de 51 de Dezembro de 1868 suprimiu a Escola Médica do Funchal, sendo atenuada a sua extinção com a concessão de subsídios aos alunos que quisessem frequentar as escolas de Lisboa e Porto, o que não chegou a verificar-se, porque um decreto de Setembro de 1869 suspendeu a execução das disposições do citado decreto de 1868. (

Em confirmação do que fica exposto, aparece a proposta de lei de 24 de Maio, de 1871 para a reorganização da Escola Médica do Funchal e nela se encontra esta interessante informação: «A conveniência da Escola é inegável. Nos últimos cinco anos teve 150 matriculados nas diversas disciplinas e concluíram o curso 36 alunos. Justificam-lhe a existência a distância em que se acha a ilha da Madeira das escolas superiores de medicina e cirurgia e a necessidade de habilitar facultativos menores para as possessões ultramarinas».

Os «Regulamentos» dos serviços sanitários de 1891? 1901 e 1908 impuseram também o encerramento deste estabelecimento de ensino superior e ainda subsequentemente outras disposições legais novamente o fizeram, mas somente a 11 de Novembro de 1910 é que a Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, com 73 anos de regular funcionamento deixou verdadeiramente de existir e de prestar os seus excelentes e prestimosos serviços.

Um mês depois da proclamação da república, a folha oficial publicou o seguinte decreto: «Artigo 1.º - É extinta a Escola Médico-Cirúrgica do Funchal. - § único. O pessoal da Escola assim extinta ficará adido - Artigo 2.º - Fica revogada a legislação em contrário - Dado nos Paços da República em 11 de Novembro de

1910. António José de Almeida». Ficava assim suprimida e «para todo o sempre» a antiga Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, da qual se dá uma breve notícia nas despretensiosas páginas deste opúsculo.

Deixámos bem acentuado que pelos fins do século XVIII e nos princípios do século seguinte constituía uma imperiosa necessidade a criação de uma escola médica, que o Decreto de 29 de Dezembro de 1836 veio satisfatoriamente preencher, havendo o novo estabelecimento de ensino prestado os mais relevantes serviços, de modo especial nos primeiros cinquenta anos da sua existência. Rodaram os tempos, modificaram-se as condições mesológicas e uma maior frequência no aprendizado dos altos estudos médicos fizeram desaparecer do nosso meio essa então reconhecida necessidade. É já avultado o número de freguesias rurais deste arquipélago, que estão sendo zelosa e distintamente servidos por médicos diplomados pelas escolas superiores do país, com o maior proveito e aprazimento das respectivas populações.

## XII. - Breve Resenha Histórica

Como atrás já deixámos dito e repetido, a «Escola Médico-Cirúrgica do Funchal» foi criada ao abrigo do decreto de 29 de Dezembro de 1856, instalou-se definitivamente a 2 de Maio de 1857 e no princípio do mês de Outubro do mesmo ano iniciou o seu regular funcionamento. Em 1840 concluíram o curso de três anos os cinco primeiros médicos habilitados por esta Escola, e no ano de 1845 terminaram os quatro primeiros alunos, que haviam frequentado o último ano do novo curso de quatro anos.

Ao principiar o ano lectivo de 1858, o Conselho Escolar da Escola Médica comunicou aos administradores do concelho a próxima abertura desse curso, informando que aos alunos que pretendiam frequentá-lo se exigia «que saibam bem ler, escrever e contar». Para a matrícula no ano de 1859 foi exigido mais «que saibam traduzir correntemente uma das línguas francesa ou inglesa», e ainda posteriormente a esta data teriam os pretendentes à matrícula de mostrar que haviam cursado outras disciplinas. A portaria de 9 de Maio de 1879 determinou que os preparatórios para a matrícula na escola do Funchal fossem os mesmos do que para a frequência das escolas médicas de Lisboa e Porto, isto é o curso secundário dos liceus, o que já ali vigorava desde o ano de 1872.

Os trabalhos escolares foram prosseguindo normalmente nos anos de 1845 e seguintes e outros alunos completaram os seus cursos, sendo-lhes passadas as

respectivas cartas e havendo entrado logo no exercício da sua profissão médica. A nova Escola ia robustecendo os seus créditos pela incontestada proficiência dos seus abalizados professores e pelos excelentes serviços que os novos médicos estavam prestando em diversas localidades.

Ao mesmo tempo funcionavam os cursos de «Farmácia» e de «Arte Obstétrica», habilitando indivíduos suficientemente adestrados para o bom desempenho desses importantes serviços, como já ficou referido em outro capítulo.

A nomeação do novo lente António Alves da Silva, doutorado em Coimbra e em Paris, exige menção especial, por ter revestido urna particularidade, que não veio mais a repetir-se na vida da nossa Escola Médica. Falecido o professor dr. Luís Henriques, abriu o Conselho Escolar concurso, por provas públicas e a serem prestadas perante os lentes da Escola, para um lugar de Lente deste estabelecimento de ensino superior, sendo concorrente o dr. António Alves da Silva, que se apresentou brilhantemente e recebeu plena aprovação, como vem narrado com largo desenvolvimento em uma das actas do Conselho Escolar, sendo a 11 de Março de 1850 nomeados pelo governo central professor efectivo da mesma Escola.

Resolveu o corpo docente publicar anualmente uma notícia acerca dos trabalhos clínicos realizados no Hospital e em que tivessem interferência directa os professores e alunos da Escola Médica, sendo o dr. Alves da Silva encarregado da sua redacção. Este distinto professor redigiu um bem elaborado relatório com uma desenvolvida descrição desses trabalhos e proferiu no Funchal sobre o mesmo assunto duas conferências públicas, que o ilustre comentador das «Saudades» diz «serem ambas notabilíssimas, tanto pelo modo como tratou os assuntos como pela linguagem».

O dr. Alves da Silva exerceu o professorado por um curto lapso de tempo, porque uma morte prematura o surpreendeu no ano de 1854, sendo interinamente substituído por Francisco de Paula Drolhe, médico militar, formado nesta Escola Médica em 1849 e com a habilitação da Escola-Médica de Lisboa.

O lugar que ficou vago pela morte do dr. António Alves da Silva foi, por mais de uma vez posto a concurso, perante o Conselho Escolar, mas não apareceram concorrentes idóneos. Nos anos de 1854 e 1856 o Conselho Superior de Instrução Pública também abriu concurso a realizar-se nas escolas de Lisboa e Porto, havendo ainda esses concursos ficado sem opositores. Dois ou três médicos madeirenses formados em universidades estrangeiras e residentes no Funchal foram por essa época convidados para exercer o professorado na nossa Escola Madeirense, não havendo aceitado esse encargo.

Depois da repetição de actos feita perante a Escola Médica de Lisboa, foi o dr. João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos, nomeado demonstrador de anatomia em 1860 e professor proprietário no ano de 1867.

Em 1865, a Comissão Administrativa da Santa Casa resolveu nomear os drs. Camelo Lampreia e Adriano Larica ajudantes do «médico principal» e do «cirurgião principal» do hospital, para prestarem serviço nas enfermarias, mas opôs-se energeticamente a essa deliberação o Conselho Escolar, que a julgou ilegal e atentatória dos seus direitos, originando-se um grave conflito, que perdurou por largo tempo. Esses lugares deveriam ser desempenhados por professores da Escola ou por médicos indicados pelo respectivo Conselho, que em certas circunstâncias especiais exerceriam também o professorado na mesma Escola. Posteriormente a esta data, de novo se suscitaram as mesmas dúvidas e se levantou igual conflito, que a portaria de 3 de Outubro de 1874 veio esclarecer, segundo a orientação adoptada pelo Conselho Escolar.

Pelo mesmo tempo suscitaram-se gravíssimas desinteligências entre os lentes Luz Pita e Câmara Leme, que, sendo dois homens de alto Valor intelectual e moral e dos mais distintos filhos da Madeira, não chegaram nunca a uma razoável conciliação em vários assuntos, que tanto interessavam à sua terra. No seio da Escola Médica essas desinteligências revestiram o carácter de um escandaloso conflito, particularmente determinado pelo projecto de um «Regulamento Escolar» redigido pelo dr. Câmara Leme, que foi largamente impugnado pelo dr. António da Luz Pita, servindo então de director deste instituto de ensino médico. Os opúsculos publicados posteriormente pelo dr. Câmara Leme, que por vezes revestem a forma de uma verdadeira diatribe, mostram os excessos que atingiram essas acaloradas discussões.

Estes factos anormais e ainda outros motivos hoje ignorados fizeram baixar uma portaria, encarregando o dr. João Ferreira Campos, membro do Conselho Superior de Instrução Pública, que então se achava no Funchal, de «tomar conhecimento do estado actual dos estabelecimentos literários desta ilha». Em Outubro de 1866, o dr. Ferreira Campos assistiu a uma sessão do Conselho Escolar, em que os drs. Luz Pita e Câmara Leme, sustentaram larga polémica, que breve degenerou em azeda discussão, estando também presente o ilustre escritor e académico barão de Castelo de Paiva, como vogal que era do referido Conselho de Instrução Pública. Ao tempo, já o dr. Pita tinha requerido a sua aposentação e não Voltou a exercer o professorado.

Foi então pela primeira vez chamado a exercer o magistério na nossa Escola Médica, embora interinamente, o médico formado pela mesma Escola Manuel

Figueira de Chaves, facto que veio a repetir-se no ano de 1871 com o convite feito ao médico Francisco Clementino de Sousa, filho da mesma Escola, que regeram as suas cadeiras com reconhecida proficiência e geral aprazimento dos alunos.

Abriu-se novo conflito entre o professor proprietário Câmara Leme e o professor de farmácia Francisco Xavier de Sousa, entrando na contenda o professor provisório Francisco Clementino de Sousa e filho do secretário Xavier de Sousa, que publicou dois opúsculos acerca desse conflito, além de Vários artigos na imprensa local.

No ano de 1875 foram nomeados professores desta Escola os drs. João Augusto Teixeira e Maurício Augusto Sequeira e em 1884 o dr. Nuno Silvestre Teixeira.

No ano de 1885, ao passar o quadragésimo aniversário da morte do antigo e distinto professor desta Escola, o dr. Luís Henriques, procedeu-se à inauguração solene do seu retrato na sala das sessões do Conselho Escolar, tendo o dr. João Augusto Teixeira, então director deste estabelecimento de ensino, proferido um primoroso discurso, enaltecendo os reconhecidos méritos do ilustre homenageado.

Em outro capítulo deste opúsculo deixaremos algumas notas biográficas de todos os professores desta Escola e para ele remetemos o leitor, a quem esse assunto possa oferecer qualquer interesse.

Não fazemos aqui particular referência à situação criada pelas «Cartas» de curso passadas aos alunos habilitados pela Escola, porque deixámos já esta matéria suficientemente esclarecida no capítulo IX desta notícia histórica.

### XIII. - Professores da Escola Médica do Funchal

Como esclarecimento e subsídio aos assuntos tratados nos capítulos precedentes, vamos traçar umas breves notas biográficas dos professores da nossa Escola Médica, aproveitando os dados que a tal respeito mais largamente deixamos exarados nas páginas do «Elucidário Madeirense».

**António da Luz Pita** - Foi talvez o mais abalizado clínico que tivesse nascido em terras madeirenses. No seu tempo, ninguém entre nós lhe contestava

a supremacia intelectual em assuntos de medicina e cirurgia, e não sabemos se, antes ou depois dele, outro médico mostraria mais comprovada competência no exercício da clínica.

Ao ser criada uma escola de medicina estava o seu nome naturalmente indicado para o magistério e para a direcção do novo instituto de ensino superior, confirmam do plenamente no desempenho desses cargos os altos créditos de que gozava dentro e fora da Madeira.

Era membro de muitas sociedades científicas nacionais e estrangeiras e publicou diversos opúsculos sobre assuntos da sua especialidade, tendo também sido colaborador assíduo de vários jornais do Funchal.

Representou a Madeira no parlamento em várias legislaturas, defendendo com notável brilho e com a maior dedicação os interesses deste arquipélago.

Foi um dos mais valiosos auxiliares da imperatriz D. Amélia na fundação do «Hospício da Princesa D. Maria Amélia» e um dos primeiros médicos deste hospital de tuberculosos, tendo publicado alguns relatórios acerca dos serviços clínicos ali desempenhados.

Nasceu na vila da Ponta do Sol a 2 de Setembro de 1802, doutorou-se nas faculdades de Montpellier e de Paris em 1850 e 1831, foi professor e director da Escola Médica do Funchal de 1857 a 1868, ano em que se aposentou, e faleceu nesta cidade a 25 de Fevereiro de 1870-

**Luís Henriques** - Era o simples e jovem grumete de um navio norueguês arrojado às praias do Funchal no último quartel do século XVIII, que o morgado e rico proprietário João Esmeraldo Vasconcelos de Betencourt Sá Machado, depois conde de Carvalhal, protegeu desveladamente e mandou frequentar a faculdade de medicina na universidade de Edimburgo, em que se doutorou com desusado brilho, revelando-se desde logo um insigne operador.

Regressando ao Funchal e naturalizando-se cidadão português, entregou-se ao exercício da sua profissão, notabilizando-se particularmente como operador, e afirmando-se que realizara com o mais extraordinário sucesso operações cirúrgicas, em que empregou métodos até então desconhecidos, ainda mesmo no estrangeiro. Lê-se algures que fez, pela primeira vez na Madeira, aplicação do clorofórmio, antes de ser usado em Lisboa, assistindo a essa operação o conde e depois duque de Palmela, que então se encontrava de passagem no Funchal.

Foi director das enfermarias de cirurgia do Hospital da Santa Casa e distinto professor da Escola Médica desde a sua fundação até o ano de 1845, em que, a 18 do mês de Julho, ingerindo uma excessiva dose de ópio, de que frequentemente abusava, terminou a sua existência em idade não muito avançada.

**Juvenal Honório de Ornelas** - Exercia a medicina nesta cidade com muita reputação e larga clientela, quando no ano de 1838 foi nomeado professor da Escola Médica, lugar que desempenhou com muita competência e aproveitamento dos alunos, sendo também médico principal do Hospital da Misericórdia.

Era doutor pela faculdade de medicina de Paris e defendeu e publicou a sua tese no ano de 1834.

Nasceu no Funchal no ano de 1806 e faleceu nesta cidade a 20 de Outubro de 1873.

**Luís Alves da Silva** — Era homem de invulgar talento, que uma morte prematura não permitiu manifestar toda a pujança dos grandes dotes de espírito com que a natureza amplamente o dotara. Doutorou-se em medicina na faculdade de medicina de Paris, dizendo o «Diccionario Bibliográfico Português» que obtivera «gratuitamente esse grau universitário como demonstração de apreço devido ao grande talento que ali manifestara».

Fez um brilhante concurso, por provas públicas, para professor da Escola Médica do Funchal e perante o respectivo corpo docente, como já deixámos referido a página 39 deste opúsculo, mas a doença e a morte não o deixaram exercer por largo tempo as funções do magistério. Também já deixámos dito que proferiu umas conferências públicas, que o erudito anotador das «Saudades da Terra» classificou como «notabilíssimas».

Nasceu no Funchal a 15 de Setembro de 1822, doutorou-se em 1848, foi despachado professor em 1850 e faleceu nesta cidade a 19 de Janeiro de 1854.

## **Doutor João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos -**

Foi um dos mais distintos madeirenses do seu tempo, que se distinguiu em diversos sectores da actividade humana, embora nem sempre conseguisse satisfatoriamente os fins que pretendia atingir, dispersando o seu fecundo talento e o seu prodigioso labor no exercício da medicina e do professorado, na política partidária, no jornalismo e na publicação de vários livros e inúmeros opúsculos, em empresas industriais, na fundação de algumas associações e ainda em outras variadas iniciativas merecedoras da consideração pública.

Foi um abalizado professor da Escola Médica no período decorrido de 1860 a 1885, tendo publicado algumas das lições que ali proferiu e sustentado também na imprensa local e em vários opúsculos, polémicas de carácter científico com médicos residentes no Funchal.

Nasceu a 22 de Junho de 1829, doutorou-se na faculdade de Montpellier em 1859 e no ano imediato repetiu os actos perante a Escola Médica de Lisboa, tendo falecido no Funchal a 15 de Fevereiro de 1902. Havia sido agraciado com o título de conde do Canavial.

**João Augusto Teixeira** - Era um médico abalizado e profundamente sabedor, parecendo que para ele não tinha segredos a vasta e complexa ciência médica. Entre os seus colegas era considerado um verdadeiro mestre, sendo o seu conselho sempre ouvido com o respeito devido aos grandes oráculos da ciência.

Como professor da Escola Médica, foi um dos mais distintos, reunindo ao vasto saber e à clareza da exposição uma forma brilhante e atraente, dando às suas lições um relevo e um encanto particulares, que eram a admiração dos que as escutavam.

Foi deputado pela Madeira, mas nos últimos anos da sua vida abandonou a política e o exercício da clínica, restringindo a sua actividade ao professorado, ao estudo, que nunca abandonara, e de modo particular ao cultivo da língua latina, em que fora mestre consumado. Nasceu na vila da Ponta do Sol a 25 de Julho de 1845, foi nomeado professor em 1875 e faleceu nesta cidade a 21 de Março de 1907.

**Maurício Augusto Sequeira** - Formado em filosofia e medicina pela Universidade de Coimbra, exerceu com muita proficiência o magistério na nossa Escola Médica desde o ano de 1875 e gozou de grande reputação como clínico,

havendo também sido um dos mais ilustres professores do liceu do Funchal.

Nasceu nesta cidade a 17 de Julho de 1845 e nela faleceu a 3 de Outubro de 1911.

**Nuno Silvestre Teixeira** - Foi tido como um dos melhores estudantes da universidade de Coimbra no seu tempo e considerado o mais distinto da faculdade de medicina, obtendo sempre os primeiros prémios e as mais altas classificações. Convidado a exercer o magistério universitário, não chegou a doutorar-se e abandonou a ideia de ser lente no primeiro estabelecimento científico do país.

Estabelecendo residência no Funchal, foi professor e reitor do liceu, lente da Escola Médica desde o ano de 1884, delegado de saúde e médico municipal. Teve durante largos anos uma assídua e distinta colaboração no «Diário de Notícias» sobre assuntos médicos, publicou um volume sobre o alcoolismo e vários relatórios como reitor do liceu e delegado de saúde.

Era irmão do dr. João Augusto Teixeira e nascera na Vila da Ponta do Sol a 51 de Dezembro de 1847, tendo falecido no Funchal a 28 de Fevereiro de 1928.

O «Boticário» do Hospital era o professor privativo de Farmácia e desempenhava as funções de secretário da Escola, devendo a sua nomeação ser feita ou sancionada pelo governo central, como acontecia com os professores das outras cadeiras. O primeiro que exerceu esse cargo foi Nicandro Joaquim de Azevedo e nomeado por ocasião da criação e instalação da Escola, tendo morrido a 21 de Maio de 1845.

Foi imediatamente substituído por José Figueira da Silva, que serviu até 1858, havendo falecido a 5 de Outubro deste ano.

Fez-se em seguida a nomeação de Francisco Xavier de Sousa, que morreu a 22 de Maio de 1879, sendo o lugar preenchido por Abílio Augusto Martins, o qual veio a falecer a 18 de Fevereiro de 1904 e foi substituído por Vasco da Silva Pereira, o último secretário e professor de Farmácia da nossa Escola Médica.

Fazemos em seguida rápida menção de alguns professores, que interina ou provisoriamente e sempre por limitado tempo exerceram o magistério na Escola Médica, incluindo nesse número dois médicos-cirurgiões formados neste mesmo estabelecimento de ensino superior:

**Cândido Joaquim da Silva** - formado pela faculdade de Montpellier, que ininterruptamente regeu algumas disciplinas nos anos decorridos de 1845 a 1847; Francisco de Paula Drolhe, da Escola de Lisboa e médico militar, nos anos de 1854 e seguintes; Adriano Augusto Larica, formado em Montpellier, em 1856; Manuel Figueira de Chaves, médico-cirurgião pela Escola do Funchal, nos anos de 1866 a 1868; Francisco Clementino de Sousa, também médico pela mesma Escola, em 1870 e nos anos seguintes; Acúrcio Garcia Ramos, da Escola de Lisboa e médico militar, de 1872 a 1874; e Fortunato Alfredo Pita, formado em Coimbra, no ano de 1905.

#### XIV. - Médicos habilitados pela Escola Médico - Cirúrgica do Funchal desde 1840 a 1910

Sem entrar em consideração com as antigas «aulas» de cirurgia e de medicina, que ininterruptamente e por dilatado tempo funcionaram no Hospital de Santa Isabel, pode afirmar-se que somente em 1837 se criou nesta cidade um regular curso superior de ensino médico e que em 1840, passados três anos, saíram os primeiros médicos cirurgiões, legal e proficientemente habilitados para exercer a sua profissão e que sem demora adquiriram no nosso meio uma grande e justificada reputação.

Damos seguidamente a relação completa de todos esses médicos, apondo aos nomes de alguns deles uma ou outra brevíssima nota, que possa auxiliar a sua identificação pessoal.

1840 - Concluíram o curso de três anos Valentim Maximiano de Sousa, António José da Silva, João Luís Monteiro, João Augusto de Oliveira e Francisco Simplício Lomelino de Vasconcelos.

1841- Vitorino Fernandes de Oliveira Júnior.

1843 - Neste ano saíram habilitados os primeiros médicos com o curso completo de quatro anos, que foram Manuel Lúcio de Freitas, Teófilo Joaquim Vieira, António Manuel da Silva e Crispiniano Evangelista da Silva, havendo este último nascido na vila de Santa Cruz e falecido no Funchal no ano de 1890, e tendo sido durante muitos anos facultativo da «Associação de Beneficência», hoje «4 de Setembro de 1862» com larga clínica nesta cidade.

1844 - João Jacinto dos Ramos e António Fernandes da Silva, nascendo este na freguesia de Santo António e falecendo na vila de São Vicente, onde exercia clínica, no ano de 1883.

1845 - Aires Joaquim de Freitas, natural da vila de Machico, Jacinto Augusto

Pestana, da Ponta do Sol, e Luís de Sousa Teixeira, do Funchal, tendo este durante muitos anos exercido clínica na freguesia do Porto da Cruz.

1846 - João Zacarias Rodrigues, natural do Funchal, médico do Quadro de Saúde do Ultramar.

1847 - António Joaquim de Faria Júnior, Anacleto Elias Gomes, ambos naturais da paróquia da Sé, e João Eduardo do Nascimento, nascido na freguesia de Santa Luzia.

1848 - José Martins Vera Cruz. Era natural de Cabo Verde e ali faleceu.

1849 - Joaquim Mendes da Silva Júnior, João Correia de Carvalho, Francisco Fernandes Júnior, Feliciano Nazareno Medina, natural de Cabo Verde, que em 1856 prestou bons serviços ao grassar a cólera e morreu vítima dessa epidemia na vila de Santa Cruz, Pedro Nicolau da Câmara Santa Rita, natural do Funchal, e Francisco de Paula Drolhe. Os dois últimos foram médicos militares e Paula Drolhe exerceu interinamente o professorado na Escola Médica.

1850 - Francisco Augusto Moniz de Matos, Jacinto de Freitas e Roberto de Freitas, todos naturais do Funchal, tendo o último exercido por largos anos a clínica na freguesia da Ribeira Brava e havendo ali falecido.

1851 - José Joaquim Gomes e Jerónimo Augusto de Mendonça, natural da freguesia de Santana.

1856 - Francisco António Rodrigues, natural do Funchal, e Manuel Figueira de Chaves, natural do Estreito de Câmara de Lobos.

1857 - Henrique Crawford Rodrigues, que nasceu na freguesia de Santo António e faleceu em S. Martinho do Porto, onde era médico municipal. Ainda não tinha terminado o curso e prestara já relevantes serviços ao grassar a epidemia da cólera. Foi durante alguns anos médico do «Banco» do hospital de Santa Isabel e grangeara excelente reputação na sua clínica.

1858 - Francisco José Brazão Júnior, natural da Calheta, e João Agostinho de Almada, natural da vila de Machico.

1859 - João Cravvford Rodrigues, natural da freguesia de Santo António e falecido na vila de Ponte de Sôr, onde era medico municipal, no ano de 1886, e António Policarpo dos Passos Sousa, natural da Madalena do Mar.

1860 - Pedro da Cunha Dultra Stochler, natural da vila de Machico.

1861 - Cristóvão César Pereira, Luís Daniel de Orneias, Jacinto Augusto Medina, naturais do Funchal, e João de Freitas da Silva, que nasceu em Lisboa, mas era oriundo de famílias madeirenses. Este doutorou-se na faculdade de Montpellier e exerceu por muitos anos o lugar de guarda-mor da Estação de Saúde no Funchal, falecendo nesta cidade no ano de 1922. Tinha sido agraciado com o título de visconde de Monte Belo.

1863 - António Augusto de Santa Clara, que nasceu no Funchal e faleceu nesta cidade no ano de 1877, tendo durante muitos anos exercido clínica nas nossas colónias da África.

1864 - Belchior Maria Frutuoso da Silva, Joaquim de Andrade Neves e José dos

Passos Vela Junior, todos naturais do Funchal e todos falecidos no continente português, onde exerciam clínica.

1865 - Martinho Augusto Camacho, que nasceu na freguesia de Santo António e morreu no Funchal no ano de 1915, havendo sido médico municipal por largos anos nos concelhos de Santana e de Machico.

1866 - António Pamplona Côrte-Real Espínola, açoriano, João Daniel Betencourt, natural da vila de Santa Cruz, e António Pereira de Oliveira, que nasceu no Funchal e faleceu tuberculoso pouco depois da conclusão do curso.

1867 - António Jacinto de Medeiros Galvão. Era natural da vila da Ribeira Grande, Ilha de São Miguel.

1868 - Henrique José Vera-Cruz, natural da Ilha Brava, Cabo Verde, médico do Banco do Hospital de Santa Isabel e que teve larga clínica no Funchal, Jacinto de Sousa Pinheiro, natural de Machico e que durante alguns anos exerceu a medicina na ilha de São Tomé, Angelo de Mendonça Franco, natural da mesma freguesia, Nicolau Tolentino Camacho, nascido na paróquia de Santo António e falecido na vila de Santa Cruz, onde era médico municipal, no ano de 1912, Lino Cassiano Jardim, natural da freguesia de Santana, e Francisco Clementino de Sousa.

1869 - Gabriel António Franco de Sousa, natural desta cidade, médico da marinha de guerra, que gozou de muita consideração pelos seus dotes de inteligência, Manuel Ferreira Pita, natural da Ponta do Sol, Júlio César de Vasconcelos, natural da Ilha do Porto Santo, Felisberto Eusébio Pereira, natural do Funchal, João Isidoro Gonçalves Figueira, natural da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, Crispiniano Evangelista da Silva, filho do médico do mesmo nome, Júlio Constantino da Silva Barreto, natural da vila de Santa Cruz, que exerceu clínica em diversas terras de Portugal e morreu no ano de 1898 em Vimieiro, no Alentejo, onde era médico municipal, João Custódio da Costa, natural de Guimarães, João Diogo Pereira de Agrela, que nasceu na freguesia de Santa Cruz e faleceu no ano de 1827 em Campo Maior, onde exercia clínica e onde desempenhou diversas comissões de serviço público, gozando ali de um grande prestígio, António Alfredo da Silva Barreto, nascido na freguesia de Santo António e falecido no Funchal em 1914, sendo guarda-mór da Estação de Saúde e médico-municipal nas freguesias de São Martinho e Santo António, e Joaquim Gonçalves Marques, natural do Funchal.

1870 - João Cabral de Melo, natural do concelho de Nordeste, Ilha de São Miguel, José Rodrigues de Azevedo, natural do Funchal e filho do ilustre comentador das Saudades da Terra, Anacleto Joaquim da Silva Caldeira, natural da ilha do Porto Santo, António Emílio Figueiredo Cardoso, natural do continente português, Francisco Eduardo Henriques, natural da freguesia de Câmara de Lobos e ali falecido em 1912, Manuel Joaquim Ferreira Santos Cruz, natural da freguesia de Santa Cruz, que teve larga clínica no Funchal e foi médico da «Associação de Beneficência», falecendo em 1898, João de Deus

Vieira, natural do Funchal e falecido na ilha Graciosa, Açores, onde residiu quarenta anos, a 20 de Dezembro de 1927, havendo poucos médicos que tenham alcançado maior prestígio e mais fundas simpatias do que ele no exercício da sua clínica, Henrique Venâncio de Orneias, natural do Funchal, e José Joaquim de Freitas.

1871 - Francisco Joaquim Vieira, natural de Cabo Verde, José da Costa e Silva, natural do Funchal e exerceu clínica em Alcanena, onde morreu, Jacinto António de Sousa, nascido no Funchal e falecido em Lisboa em 1928, sendo filho do distinto madeirense e lente da universidade de Coimbra dr. Jacinto António de Sousa, e Júlio César de Caires Camacho, natural da freguesia do Caniço, que exerceu clínica em Alcoutim e Cabeço de Vide, como médico municipal e depois na ilha das Flores, Açores, e ali faleceu em 1906, gozando de grande prestígio e merecida estima nos cargos que desempenhou.

1872 - António Joaquim Teles, natural de Santa Cruz, Agostinho José Figueiredo Cardoso, natural do continente português, Lourenço José Nunes, natural do Funchal, Manuel Martins Pereira, natural da freguesia do Monte, António Silvino de Macedo, nascido na freguesia do Campanário e falecido na de Câmara de Lobos no ano de 1917, João Pestana Júnior, João Caetano Jardim Júnior e António Alberto Jardim, tendo os últimos três falecido no continente português, onde exerciam a sua profissão médica.

1873 - João Gonçalves Teixeira de Sousa, natural da freguesia do Seixal, João Gomes Jardim, que exerceu clínica em Vila Viçosa, e João Ludgero Rodrigues, natural do Funchal e filho do médico João Zacarias Rodrigues.

1876 - João Januário de Sousa, que foi médico no Algarve.

1878 - Luís Augusto Rodrigues, que foi médico da Armada.

1879 - Caetano Domingos Drolhe, natural do Rio de Janeiro, e Agostinho Eduardo de Oliveira, natural da Ponta do Sol, que exerceu clínica, com grande nomeada, em S. Martinho do Porto, sendo filho do médico João Augusto de Oliveira.

1881 - José Augusto de Freitas, natural do Funchal.

1884 - Alexandre Cândido de Gouveia Teixeira de Agrela, natural do Funchal, que exerceu clínica com grande brilho no Cadaval, onde era médico municipal, e ali faleceu em 1918, sendo profundamente sentida a sua morte.

1886 - Eliseu de Sousa Drumond, que nasceu nesta cidade e nela faleceu no ano de 1919.

1887 - António Luís Pimenta, natural do Funchal, que por largos anos foi médico municipal e subdelegado de saúde na ilha do Porto Santo, Pedro José Lomelino e Roberto Luís Monteiro.

1888 - João Baptista de Carvalho, Afonso Henriques de Freitas, natural da freguesia de Ponta Delgada, e Manuel Sardinha, natural do Funchal.

1889 - Abel Capitolino Baptista, que no continente português exerceu distintamente a clínica e estabeleceu no Funchal um apreciável serviço de

assistência, António de Freitas Ferraz, António Martins Ferreira Júnior, médico nos Açores, Joaquim Ricardo da Trindade e Vasconcelos, falecido em 1920, José Pedro Cunha, todos naturais do Funchal, e José António Alvares, natural da ilha de São Miguel.

1890 - Francisco Rodrigues, que exerceu clínica na América do Norte durante alguns anos, e Tito Bianchi, distinto médico municipal e subdelegado no Porto do Moniz, ambos naturais do Funchal.

1892 - António de Monte Varela, natural da freguesia da Ponta do Sol, e João Leite Monteiro, natural do Funchal, que desempenhou o cargo de inspector escolar do Funchal e faleceu em Lisboa, no ano de 1909.

1894 - Carlos Alberto Betencourt Leça, natural da freguesia da Madalena do Mar, que exerceu clínica nos Açores por muitos anos e faleceu, em S. Miguel, em Setembro de 1945; Ricardo José Vera Cruz, natural do Funchal, filho do médico do mesmo nome, que também exerceu clínica nos Açores, Tomás Loureiro Machado, natural do Funchal, médico municipal na Ribeira Brava, Baltazar Gonçalves, natural da freguesia do Monte e falecido em 1930, Júlio César de Gouveia, natural da freguesia da Ponta do Pargo, falecido em 1927, José Alberto de Freitas Ferraz, natural do Funchal e falecido em Queluz, onde era estimado médico, no ano de 1921, Abel Tiago de Sousa e Vasconcelos, natural da vila de Machico, e Mário Perestrelo de França, que exerceu clínica durante alguns anos e seguiu depois a carreira diplomática, fazendo serviço em diversos países da Europa e da América e morreu em Lisboa no ano de 1941.

1895 - Libanio Northway do Vale, major de infantaria, de nacionalidade portuguesa mas nascido na Inglaterra, Albino de Sales Pires, natural de Pinhel, funcionário dos correios, João Estanislau Pereira, natural da freguesia de Câmara de Lobos e falecido no Funchal em 1932, Marceliano Ribeiro de Mendonça, funcionário público, que morreu em Lisboa em 1915, João Pedro de Sales Caldeira, falecido em 1922, médico no Porto da Cruz, Luís Antonino Gomes e João Maria Betti, sendo os últimos quatro naturais do Funchal.

1896 - João Albino Rodrigues de Sousa, natural da freguesia do Faial, exerceu clínica no concelho de Santana e foi tesoureiro da Junta Geral do Distrito, falecendo em Lisboa no ano de 1922, Luís Soares de Sousa Henriques e João Artur de Sousa Henriques, irmãos e naturais da freguesia de Câmara de Lobos, Carlos César de Oliveira e Castro, natural do Porto, António Alexandrino Perry da Câmara, natural da vila de Machico, Alfredo Justino Rodrigues, natural da freguesia de São Martinho e ali falecido em 1940, Francisco Ferreira de Sousa, natural de Demerara, falecido no Funchal em 1922, Júlio Lopes Ribeiro, natural de Lisboa, João Augusto Teixeira Pita, natural da freguesia da Ponta do Sol, falecido em 1929, José Plácido Nunes Pereira, natural da freguesia do Monte e exerce há muitos anos clínica no concelho de Santa Cruz, José Joaquim Mendes, falecido no Funchal em 1911, João José de Freitas, tenente de infantaria, José Raimundo Pimenta, Luís Rodrigues Gaspar, falecido em 1944, em Honolulu,

arquipélago de Hawai, Alexandre Raul Camacho, funcionário do Ministério das Finanças, falecido em 1926, Leandro de Menezes Camacho, Álvaro Sequeira, Artur do Rego Leite Monteiro, Carlos de Bianchi Júnior, falecido em 1930, Filipe Joaquim Acciaioli, sendo os últimos dez todos naturais do Funchal.

1897 - Fernando Tolentino da Costa, natural do Porto do Moniz e exerce clínica no Funchal, onde tem desempenhado importantes comissões de serviço público, José Sabino de Abreu, natural de Lisboa, João Pedro Teixeira de Aguiar, natural da vila de Machico e ali falecido em 1944, Luís Adriano da Silva, nascido na mesma freguesia e médico nesta localidade, Lino Fernandes Velosa, Francisco Gomes de Orneias, Frederico Betti, Guilherme Fraga Gomes, Paulo Perestrelo Aragão, falecido em 1916, Abel Sabino de Freitas, falecido em 1919, Carlos Alberto do Espírito Santo, António Maria Teixeira, José Ernesto Rodrigues de Sousa, João Augusto de Freitas, professor efectivo do liceu e governador civil deste distrito, Vasco Gonçalves Marques, deputado e senador, José Maria dos Passos Henriques, falecido em Londres no ano de 1942, Diogo Egídio de Abreu, durante muitos anos médico da Companhia Insulana, e Alfredo Luís Barbeito, que exerceu clínica nos Açores e morreu no Funchal em 1945.

1898 - António Francisco da Silva Ramos, natural do Porto, Egídio Torquato Rodrigues, natural da freguesia da Ponta do Pargo, exercendo há muitos anos clínica no concelho da Calheta, João Teixeira, natural da vila de Machico, falecido em 1918, João Alexandrino Fernandes dos Santos, natural da freguesia de São Jorge, antigo funcionário público e médico-director aposentado de serviços no hospital de São José em Lisboa, Francisco João Barreto, natural da Ponta do Pargo, Francisco Peres, médico municipal aposentado do Caniço, João Betencourt da Câmara, falecido em Lisboa em 1937, José Botelho Correia de Menezes, José Figueira de Sousa, João Lomelino, falecido em 1928, e Luís Alexandre Rodrigues, falecido em 1918, sendo os últimos seis naturais do Funchal.

1899 - António Pimenta de França, natural da Calheta, Fernando Mendes Esmeraldo, natural da freguesia de São Vicente, João de França Cosme, natural do Porto do Moniz, Adolfo Martins Ferreira Júnior, Alfredo Augusto Portugal da Silveira, falecido em 1930, Francisco José Rodrigues de Sequeira, falecido em Canecas, onde era médico, em 1922, João José Maria de Oliveira, Joaquim Teixeira de Nóbrega, Manuel Joaquim Teixeira Jardim e Jordão Apolinário de Freitas, distinto escritor e director aposentado da Biblioteca da Ajuda, naturais do Funchal, com excepção dos três primeiros mencionados.

1900 - Augusto Camacho, natural da freguesia dos Canhas e que ali exerce a clínica e o professorado, Fernando José de Morais, natural da freguesia de Machico, onde é médico e funcionário público, Francisco Assis do Nascimento, natural da freguesia de Santana e que nesta localidade se dedica ao exercício da medicina, Daniel Brazão Machado, natural da freguesia de São Vicente, António Rodrigues Capelo, que desempenhou diversos cargos públicos e teve nomeada

como médico, havendo falecido em 1940, José Maria Soares de Melo, natural de São Roque, Ilha do Pico, António Pereira Gonçalves, que exerceu clínica na freguesia de Gaula e faleceu no Funchal em 1931, Agostinho Pedro Nunes, médico na Bretanha, Ilha de São Miguel, Luís Vicente da Silva, Mário Carmopolitano de Castro, falecido em 1917, José Vicente Franco, falecido em 1917, e Luís Maria de Agrela com consultório dentário em Lisboa, sendo os últimos quatro naturais do Funchal.

1901 - Manuel Franco, natural de Demerara, João de Menezes, natural da Horta, Ilha do Faial, Carlos Joaquim Plácido de Castro e Abreu, natural da freguesia de Gaula, João Maria Jardim, natural da freguesia de Santana, Vicente Gabriel de Freitas, Eduardo Nicolau de Ascensão e Luís Alfredo da Silva Barreto, filho do médico António da Silva Barreto e falecido em 1914, naturais do Funchal.

1902 - Fernão Gonçalves, falecido em 1919, Alfredo Maria Figueira, médico na Camacha, falecido em 1923, D. Henriqueta Gabriela de Sousa e D. Palmira da Conceição de Sousa, as únicas senhoras habilitadas com o curso desta Escola, todos naturais do Funchal.

1903 - António Franco, natural de Demerara, Bento Ferreira da Silva, natural da Ilha de Santo Antão, Cabo Verde, Augusto de Freitas Ferraz e Jorge Amâncio de Freitas, naturais do Funchal.

1904 - Joaquim Vasconcelos de Gouveia, natural da vila de Santa Cruz, José Maria Ferreira, natural da freguesia de São Roque, Adolfo Venâncio de Ornelas Perry da Câmara, Luís Augusto de Orneias e João Maria de Macedo, falecido na freguesia de Ponta Delgada em 1838, onde exercia clínica, naturais do Funchal.

1906 — João Miguel Rodrigues da Silva, natural da freguesia do Monte, falecido em 1931, Luís Pedro Gomes, falecido em 1934, e Luís Heitor Clairouin, falecido em 1941, naturais do Funchal.

1907 - Carlos da Silva Carvalho, Abel Basílio Vieira, Tenente Nepomuceno de Freitas e Pedro Gomes Pestana.

1908 - Alfredo Ernesto da Conceição Rodrigues, falecido em 1941, e José Lopes Ribeiro.

1909 - António Augusto da Silva Pereira, professor do liceu, natural do Continente, Júlio Augusto Gonçalves e tenente Joaquim Gregório Gonçalves, naturais do Funchal.

## Alguns dados biográficos

Como se sabe e já o deixámos dito, muitos médico-cirurgiões diplomados pela Escola do Funchal distinguiram-se notavelmente no exercício da clínica, havendo alguns que alcançaram grande nomeada e a mais merecida reputação, tanto neste arquipélago como em diversas terras do continente português, nas ilhas

açorianas, nas nossas províncias ultramarinas e ainda em países estrangeiros. Também alguns houve que, a par da sua proficiente actividade nessa carreira, desempenharam vários cargos de responsabilidade, dando manifestas provas da sua cultura intelectual e dos seus reconhecidos méritos e aptidões. Outros ainda se dedicaram particularmente ao professorado, ao funcionalismo, à política, ao cultivo das letras e a diversas artes liberais, honrando dignamente os seus diplomas e granjeando para o seu nome os mais justificados créditos. Embora nos escasseiem elementos seguros para o fazer, vamos deixar aqui consignados uns brevíssimos «traços» acerca de alguns desses médicos, sem haver contudo a menor pretensão de esboçar sequer umas rápidas e fugitivas «notas biográficas».

**Francisco Simplício Lomelino de Vasconcelos** — Foi um dos cinco primeiros médicos que no ano de 1840 concluíram o curso da Escola Médica. Nasceu na freguesia do Faial no ano de 1821 e faleceu no Funchal a 4 de Dezembro de 1890. Adquiriu grande reputação e teve uma larga clientela nesta cidade e arredores. Gozou de muito prestígio no nosso meio social e exerceu durante largos anos o cargo de tesoureiro da alfândega do Funchal.

**João Eduardo do Nascimento** - Era natural da freguesia de Santa Luzia e ali faleceu a 29 de Outubro de 1884. Concluiu o seu curso médico no ano de 1847 e passou uma grande parte da sua existência na paróquia de Santana, onde granjeou como clínico uma das maiores nomeadas de que há notícia, ocorrendo ali inúmeros indivíduos de todas as classes sociais e de todas as freguesias da ilha, atraídos pela notória fama que intensamente se espalhara e a que não eram estranhas as atraentes qualidades pessoais do distinto clínico.

**Manuel Figueira de Chaves** - Concluiu o curso da Escola em 1856 e logo prestou relevantes serviços por ocasião da epidemia da cólera. Teve no Funchal uma grande clínica e exerceu por largo tempo o magistério na Escola Médica, em virtude dos bons créditos que adquirira, havendo também desempenhado diversas comissões de serviço público. Nasceu na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos e morreu no Funchal a 19 de Fevereiro de 1912.

**António Policarpo dos Passos Sousa** - Superiormente inteligente e de notável aptidão para as letras, o infortúnio, a doença e uma morte prematura não permitiram que manifestasse com grande brilho os excepcionais predicados

com que a natureza o havia dotado. Revelou-se um inspirado poeta, deixando algumas composições na colectânea Flores da Madeira e colaborou em diversos jornais do Funchal. Nasceu em 1836 na freguesia da Madalena do Mar e morreu na vila da Ponta do Sol, onde exercia o cargo de secretário da Administração do Concelho, a 26 de Maio de 1875.

**José dos Passos Vela** - Foi talvez o médico saído da Escola do Funchal, que nas terras do continente adquiriu maior nomeada e maior prestígio, não só pela sua reconhecida proficiência, mas particularmente pelos actos de benemerência e do proverbial desinteresse com que exercia a sua profissão. Viveu largos anos na vila de Cascais e ali faleceu a 25 de Março de 1931, havendo-se erigido um monumento e prestado outras homenagens à sua memória, a que dedicadamente se associaram as autoridades locais e toda a população daquela localidade. Em os números de «O Jornal» de 24 e 25 de Agosto de 1945 foram publicados dois artigos que interessam particularmente a este assunto.

**Lino Cassiano Jardim** - Havendo concluído o curso no ano de 1868, seguiu para o Rio de Janeiro, e para ali exercer livremente a medicina habilitou-se perante a respectiva faculdade e defendeu a sua «tese», que publicou em 1871 e se intitula Da Febre Biliosa. Teve larga clientela entre a colónia portuguesa. Era natural da freguesia de Santana.

**Francisco Clementino de Sousa** - Apesar de não dedicar-se activamente ao exercício da clínica, foi escolhido para professor interino da Escola Médica, lugar que proficientemente desempenhou, como já ficou atrás referido. Era sobretudo um cultor das letras e nos jornais do Funchal deixou uma vasta colaboração, notabilizando-se especialmente no manejo da sátira, em que alcançou grande celebridade no nosso meio, podendo afirmar-se que era um verdadeiro emulo de Juvenal e Tolentino. Nasceu no Funchal em 1846, concluiu o curso médico em 1868, exerceu o cargo de fiscal sanitário do matadouro municipal e morreu nesta cidade a 24 de Julho de 1896. Era filho do professor de Farmácia e secretário da Escola Francisco Xavier de Sousa, de quem já nos ocupámos neste opúsculo.

**José Joaquim de Freitas** - Foi durante muitos anos enfermeiro--geral do

Hospital de Santa Isabel e exerceu com notável crédito a medicina no Funchal, tendo uma numerosa clientela. Desempenhou várias comissões de serviço público e foi o fundador da importante obra de assistência «Auxílio Maternal», havendo-lhe sido prestada uma imponente homenagem de alto apreço no ano de 1933, a que se associaram todas as classes sociais do Funchal. Era natural da vila de Machico e faleceu nesta cidade a 9 de Março de 1936.

**Henrique Venâncio de Ornelas** — Médico muito inteligente e estudioso, trabalhador infatigável e extremamente dedicado à sua profissão adquiriu os maiores créditos no nosso meio e foi talvez o filho da nossa Escola que na área do Funchal tivesse exercido uma mais vasta e selecta clínica. Era natural desta cidade e nela faleceu a 21 de Maio de 1903.

**Pedro José Lomelino** - Exerceu com êxito no Funchal a sua profissão de médico e desempenhou os importantes cargos de governador civil deste distrito e de professor e director da antiga Escola de Habilitação ao Magistério Primário, além de várias comissões de serviço público. Nasceu na ilha do Porto Santo e faleceu em viagem de Lisboa para a Madeira a 9 de Novembro de 1930.

**Roberto Luís Monteiro** - E médico municipal e subdelegado de saúde aposentado do Concelho da Calheta, onde adquiriu o maior prestígio e uma grande reputação como clínico, como funcionário e como prestante cidadão, não sendo para estranhar que, por subscrição pública, se construísse um edifício destinado a uma escola pública e expressamente erguido a prestar uma condigna homenagem aos seus reconhecidos méritos, que ficou tendo o nome de «Escola do Doutor Roberto Luís Monteiro». Nasceu nesta cidade no ano de 1863.

**João Baptista de Carvalho** - Foi talvez o médico habilitado pela nossa Escola que na Madeira, onde sempre exerceu a sua profissão, tivesse uma mais vasta clínica em todas as classes sociais e adquirisse os mais reputados créditos, gozando da maior consideração ainda entre os seus colegas formados em universidades nacionais e estrangeiras. As suas atraentes qualidades pessoais, a mais pronta solicitude no tratamento dos doentes e ainda os seus primorosos dotes de carácter muito contribuíram para alcançar essa tão merecida reputação. Exerceu com dedicado zelo diversas comissões de serviço público. Era natural da cidade do Funchal e nela faleceu a 25 de Março de 1931.

**Manuel Sardinha** - Por alguns anos exerceu o lugar de médico-municipal nos concelhos da Calheta e Ponta do Sol e é director aposentado do Posto de Desinfecção Terrestre. Foi redactor do «Diário de Notícias» e director do «Correio do Funchal», com larga colaboração em outros jornais. Dedicou-se também com muita proficiência ao professorado e tem exercido algumas comissões de serviço público. Nasceu no Funchal no ano de 1865.

**Abel Tiago de Sousa e Vasconcelos** - Depois de haver exercido a clínica com merecida reputação, dedicou-se ao professorado e ao cultivo das letras, havendo sido professor efectivo das Escolas Industriais e publicado os livros «Sinais dos Tempos», «Confrontos dos Sinais dos Tempos» e «A Vida e os Números». Faleceu na cidade de Lisboa a 27 de Agosto de 1937.

**João Augusto de Freitas** - Dedicou-se pouco ao exercício da clínica, entregando-se particularmente ao professorado e às lutas da política partidária, havendo sido um distinto professor efectivo dos liceus e desempenhado os cargos de governador civil e de senador pela Madeira. Teve larga colaboração em vários jornais e preparava a publicação dum livro, que ficou póstumo. Era natural do Funchal e morreu nesta cidade no ano de 1943.

**Vasco Gonçalves Marques** - Havendo exercido com merecido crédito as funções de médico municipal no Porto Moniz, dedicou-se activamente à política partidária e ao desempenho de diversos cargos e serviços públicos, tendo sido presidente da Junta Geral, deputado e senador pela Madeira em várias legislaturas. Teve larga colaboração em vários jornais políticos. Nasceu nesta cidade no ano de 1877 e é filho do médico Joaquim Gonçalves Marques.

**Jordão Apolinário de Freitas** - Não se dedicou ao exercício da clínica, consagrando-se inteiramente ao cultivo das letras e de modo particular aos trabalhos de investigação histórica, sendo já muito abundante a sua produção literária em assuntos desta especialidade, além da sua vasta colaboração em muitas revistas e jornais. É um trabalhador infatigável e goza de grande reputação pela maneira proba e distinta como versa os estudos a que se entrega. É director aposentado da Biblioteca da Ajuda.